



Poder Popular



Plano a médio prazo:

FMI IMPÕE GRANDE AUMENTO DO DESEMPREGO (+190 MIL) DA CONCENTRAÇÃO CAPITALISTA DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O plano de médio prazo para 1979-84 está a ser elaborado. O Governo PS/CDS, sob a tutela do FMI, discute as hipóteses mais seguras para a sua política económica de recuperação capitalista. Essas hipóteses, contidas num recente documento, se bem que cheias da habitual mistificação da real situação da economia portuguesa são, no entanto, bastante elucidativas de quais os efeitos que as imposições do imperialismo e o avanço da recuperação capitalista trarão

ao agravamento das condições de vida do povo trabalhador.

Este plano sucede ao plano nado-morto de 77-80 que nunca chegou a ser aprovado pela Assembleia da República, tal como um ministro "jovem e dinâmico ao serviço do FMI (Vitor Constancio) sucedeu à dupla Sousa Gomes/Manuela Silva que se desfez entre o carreirismo e o idealismo reformista, com o primeiro a mudar de ministério e a segunda a demitir-se ainda

antes do CDS entrar para o Governo.

Que nos reserva então o plano que o governo elabora e discute à margem de qualquer intervenção dos trabalhadores como a própria Constituição prevê?

A primeira indicação a retirar é a de que todas as imposições do FMI serão cumpridas por mais ruinosas que sejam.

A segunda indicação a retirar é a de que a chamada po-

lítica de austeridade será mantida até 1980 através dum agravamento constante dos seus efeitos sobre os trabalhadores.

A terceira indicação a retirar é a de que o governo PS/CDS entende que os objectivos que apresentou no seu programa são contraditórios, isto é, que a redução do saldo negativo da balança de pagamentos só pode ser obtida à custa do aumento do desemprego.



Bento de Jesus Caraça



Nasceu em 1901, numa modesta família de trabalhadores rurais alentejanos. Consciencializando-se do papel que a monopolização da cultura pela burguesia desempenha como alicerces do domínio dessa classe, luta pela promoção do conhecimento e da cultura junto dos trabalhadores fundando e dirigindo a "Biblioteca Cosmos", onde é publicada uma vasta gama de livros de divulgação cultural a preços módicos. Preside à direcção da "Universidade Popular Portuguesa", aberta a todos e num esforço constante por se encontrar junto daqueles que a mereciam.

Matemático notável, Bento de Jesus Caraça, opôs-se perseverantemente à ditadura fascista, tendo sido membro da comissão central do MUD pelo que sofreu a repressão, nomeadamente ao ser demitido do cargo de professor catedrático em 1946. Morreu dois anos depois, a 25 de Junho de 1948.

A sua luta de resistente antifascista, a sua luta por uma cultura integral do indivíduo, o seu combate pela promoção da cultura nos meios e ambientes populares, as suas ideias científicas de formação materialista são exemplo e uma base para um trabalho que, hoje mais do que nunca tem de ser plenamente desenvolvido.

CONTRA O REGRESSO DE TOMÁS

Apesar das tentativas de boicote de que foi alvo, a manifestação realizada contra o regresso impune de Américo Tomás expressou com vigor o sentir das massas populares e de todos os antifascistas contra a absolvição dos crimes de que é responsável aquele alto dignitário do regime fascista.

Com efeito, as manobras desmobilizadoras de que foi alvo a manifestação por parte do PCP e do PS, os obstáculos anti-constitucionais impostos pelas autoridades e ainda a manipulação de órgãos de informação sujeitos ao Governo — nomeadamente pela rádio — não alcançaram os seus objectivos. Pelo contrário, o que tais atitudes concertadas provocaram foi a crítica e descontentamento de largas camadas de antifascistas influenciadas por aqueles partidos e que não se resignam a uma capitulação perante a reabilitação do fascismo.

O fascismo foi derrotado na rua e, se é verdade que ele tem de ser combatido em todos os terrenos é também na rua que tem de lhe ser dado combate.

O grande movimento popular contra o regresso impune de



Tomás tem de encontrar formas de actuação mais amplas que expressem o repúdio do nosso povo por esse regresso. É preciso pois continuar a luta e fazer com que nela caibam todos os portugueses que justamente estão indignados perante mais esta concessão feita às forças do fascismo, a coberto de uma falsa atitude humanitária.

Movimento Sindical

BALANÇO E PERSPECTIVAS

nas centrais

Corrente sindical revolucionária

vence lista PC

no Vestuário de Braga

na pág 6

EM DESTAQUE

Unidade fascista...

O golpe direitista do "25 de Novembro" veio produzir alterações significativas não só na correlação de forças mas nas próprias forças políticas que hoje se começa a materializar e que o MES tem analisado como uma fase de redefinição e reagrupamento político, muitas dessas forças vão perdendo a sua anterior base inter-classista e adquirindo uma fisionomia clara.

É neste quadro que se insere a criação do Instituto de Estudos Portugueses que reagrupo a extrema-direita "extra-parlamentar"; alguns dos mais fiéis servidores de Sala-

zar como Adriano Moreira e Silvino Silvério Marques, com o MIRN de Kaulza e o PDC de Pinheiro de Azevedo. Esta unidade fascista que deixa prever uma dada presença eleitoral em 1980, representa igualmente a perda, por parte dum CDS hoje integrado na lógica da democracia burguesa, da base de apoio à sua direita.

"Ossos de officios" dum dada táctica política que aliás levam Freitas do Amaral a afirmar perentoriamente que o seu partido nada tem a ver directa ou indirectamente com a criação de tal Instituto.

exactly não organizar e ganhar forças para a imposição de uma alternativa popular.

Passar a vida com sermões e lamentos faz lembrar o velho ditado popular - "de boas intenções está o inferno cheio"

Manobras incorrectas

A manifestação contra o regresso de Tomás foi objecto de manobras sabotadoras por parte do PCP, as quais se inscrevem nas atitudes sectárias e de baixa política em que este partido é fértil. Mas estas manobras encontraram apoio e buscaram pretextos noutros terrenos. Está neste caso o provocatório comportamento do PCP(R), ao divulgar listas falseadas dos nomes que compunham o Executivo da manifestação, sabendo-se como a constituição deste resultara de um delicado compromisso político no seio da ampla Comissão Nacional Unitária contra o regresso de Tomás. Assim, na manchete com que o "Bandeira Vermelha" convocava a manifestação, era abusivamente colocado o nome de Manuel Lopes como fazendo parte da respectiva Comissão Executiva; e no próprio dia de manifestação era distribuída uma targeta do PCP(R) indicando um pretense Executivo da Comissão Nacional composto por 13 membros, dos quais apenas 4 eram verdadeiros (aparecendo nomes como Lopes Cardoso, Armando Norte, Mário Dionísio e novamente Manuel Lopes, os quais, pertencendo à Comissão Nacional, não integravam o Executivo da manifestação).

PCP-palavras e actos

O perigo fascista, o perigo dum regime fascizante de fachada democrática, não existe apenas porque existem fascistas ou mesmo porque o actual bloco no poder democrático-burguês permite a sua livre expressão e organização. Isso facilita a sua acção e propaganda mas o que lhe dá a força social capaz de constituir uma ameaça à democracia é, historicamente, uma dada relação de classes num contexto em que a burguesia liberal se encontra incapaz de fornecer alternativas para e dentro da crise do capitalismo.

Se hoje combater as alternativas ultra-autoritárias e fascizantes que se colocam no horizonte do povo português é, em primeiro lugar, construir uma alternativa popular à política de bancarrota do bloco

no poder e ao desalento que ela provoca em todos os sectores populares, esse combate não se desliga, não se pode dissociar, de uma oposição de unidade e luta contra as manifestações concretas dos fascistas.

Vem isto a propósito das posições ultra-oportunistas que o PCP tomou a propósito dos acontecimentos de 10 de Junho e, mais recentemente, face à manifestação contra o regresso de Tomás. Criticar em palavras e boicotar na prática, em nome de que "se está a desviar os trabalhadores das suas lutas fundamentais" ou da sua histeria "anti-esquerdistas", a resposta organizada de rua ao avanço dos homens do 24 de Abril é provocar, isso sim, o desânimo e a desmobilização dos trabalhadores, é

Escalada policial



É com grande inquietação que o povo trabalhador do nosso país tem vindo a assistir à crescente escalada de violência das forças policiais, cuja actuação aponta claramente para um reforço do autoritarismo burguês, agora sob uma capa democrática que alguns discursos antifascistas do DR. Soares não podem fazer esquecer.

Se a morte de Jorge Morais revela um claro desprezo pela vida humana, e a proibição da manifestação ir até Belém mostra



MINISTRO SEM PASTA

Tendo já corrido várias pastas em sucessivos governos, Sousa Gomes ficou, súbita e inesperadamente... sem pasta!

Não se tratou de remodelação ministerial mas de roubo (ou de extravio?) da pasta do ministro, dentro do próprio edifício do Ministério.

Ao dar pela falta, o Ministro apressou-se em ordenar que ninguém abandonasse o edifício, tendo-se procedido a "grandiosa" busca. Mas nada. O ministro acabou mesmo por ficar sem pasta!

«VIDELA AL PAREDÓN»

A palavra de ordem da esquerda revolucionária argentina era: "Argentina campeona, Videla al paredón!" Pois, camaradas, a primeira volta já está cumprida... vamos à segunda!

O TOMÁS. NÃO, MAS...

No passado dia 22, muitos milhares de antifascistas manifestaram publicamente o seu repúdio pela anunciada possibilidade de regresso impune do almirante chefe do regime fascista.

Surpreendente (ou talvez não...) foi o comunicado do PCP em que anunciava que não apoiava, nem tinha nada a ver com aquela manifestação (!)

Muito longe levam, de facto, os compromissos com o actual Governo...

um evidente desrespeito pela Constituição, a forma como os elementos do PRP foram presos e a maneira sensacionalista como foi divulgada a sua prisão deixam transparecer uma chocante discriminação no tratamento dado a militantes políticos cuja acção na luta contra o regime fascista e contra a guerra colonial não pode ser esquecida.

Mantendo as estruturas, os métodos, a ideologia e o pessoal herdados do fascismo, recrutando elementos que pertenceram à PIDE, aperfeiçoando o seu arsenal bélico, as diferentes polícias vão-se tomando no instrumento repressivo de que o processo de recuperação capitalista necessita para impôr a consolidação do poder burguês na nossa sociedade, submetendo o povo trabalhador.

Lisboa, 26 de Junho de 1978

Secretariado Político do CC

Academia de Lisboa

BALANÇO DAS ELEIÇÕES ASSOCIATIVAS

Com as eleições no Técnico o período eleitoral para as AAEE do Ensino Superior na Academia Lisboa.

Enquanto no ISCTE uma ampla unidade de esquerda de hegemonia não-reformista bateu abertamente a lista de direita, em Letras os revolucionários conheceram um forte reforço (subida de cerca de 200 votos), já em Exonómicas e no Técnico a divisão dos revolucionários permitiu a vitória da UEC no 1º caso e abriu fortes hipóteses de vitória da direita (na segunda volta) no caso do Técnico.

PP - Qual é o balanço que o SEORL faz destas eleições?

SEORL - Os resultados destas eleições, que reforçam o papel do reformismo nas estruturas de direcção do movimento associativo, foram o reflexo da dificuldade em conseguir listas de unidade nalgumas das mais importantes escolas da Academia e também de alguns erros cometidos ao longo deste ano lectivo, nomeadamente no que se refere à necessidade de transformar a linha de intervenção revolucionária nas escolas.

Na actual situação política, num período de aberta ofensiva direitista aos mais diversos níveis, a influência dos reformistas na direcção das AAEE vem trazer alguns novos pontos importantes para a definição e concretização de uma prática revolucionária nas escolas. Um primeiro ligar-se à necessidade de criar um amplo movimento de resis-

tência activa à reestruturação das escolas, política esta que o reformismo não está em condições nem pretende conduzir; um outro ponto diz respeito a importância do combate no seio das AAEE contra o reformismo e pela afirmação das perspectivas de luta dos revolucionários.

entrevista com o secretariado estudantil de Lisboa



PP - Depois destes resultados qual é a relação de forças na Academia?

SEORL - Esta questão foi em grande parte já respondida,

poderá ser dito ainda que se as recentes eleições deram importantes DAES para as mãos dos reformistas isso não quer dizer que os revolucionários não sejam uma importante componente das forças de esquerda nas escolas, como o provam o reforço da alternativa revolucionária em Letras e a vitória eleitoral de uma lista de ampla unidade no ISCTE.

PP - E agora que perspectivas?

SEORL - A actual situação na Academia impõe um esforço grande de desenvolver um forte trabalho ideológico-cultural através de novos instrumentos, nomeadamente através da consolidação de Cooperativas já existentes.

Este trabalho deverá, por outro lado, inserir-se num esforço de concretizar plataformas de unidade que alarguem o campo de combate revolucionário à direita e ao reformismo.

A situação existente nas escolas, provocada pela política reacção do MEC, irá abrir espaços de intervenção revolucionária no sentido do combate à crescente tentativa de subordinar os aparelhos escolares à lógica da recuperação capitalista actualmente em curso. Ora é esta linha de análise que coloca claro a importância da luta contra a elitização da universidade, a imposição de novos clausus e do ano propedêutico. Aliás a recente publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo vem tomar mais evidente a política burguesa de reconversão capitalista nas escolas e também as contradições que esse plano irá produzir na situação da juventude.

EDITORIAL a luta democrática E O REFORÇO DA ESQUERDA

Findou há alguns dias o 2º período legislativo da Assembleia da República. Conforme tem sido dito, o fundamental da legislação aprovada (delimitação dos sectores público e privado, despedimentos, reforma agrária, arrendamento rural, empresas em autogestão, direitos das C.T.s) vai no sentido da revisão, na prática, da Constituição Política de 1976.

No decorrer desta legislatura, aliás cresceu o debate (promovido sobretudo pelos partidos de direita, e não contrariado pelo PS) para a revisão constitucional, na sua letra. A entrada do CDS para o governo, expressando a política de "patamar" deste partido na presente fase (estabilizar até 1980, para então relançar a ofensiva) reduziu entretanto as pressões para a revisão antecipada em que os sectores do PSD e a restante direita continuam a insistir. Mas, em contrapartida, a legislação que vai sendo aprovada tem o sentido de uma gradual asfixia regulamentar da Constituição e prepara a revisão a prazo, instaurando práticas legais contraditórias com princípios constitucionais. É pela voz dos partidos e organismos de classe (CIP, etc.), burgueses, vai sendo definido o projecto de revisão, que constitui desde já o programa comum da direita para as eleições legislativas de 1980.

A defesa da Constituição de 1976, como defesa da democracia, tem sido neste país uma referência importante na resistência do movimento popular. Em seu nome se geraram grandes acções de protesto e opinião democrática, que forçaram, por exemplo, à inconstitucionalização da lei das CTs aprovada no parlamento. Todas as forças de esquerda a inscrevem, como elemento central, nos seus programas.

Assim continuará a ser. Mas existe um risco de que a defesa da Constituição, proclamada em cada processo de luta pela defesa da democracia e das conquistas populares, se vá tornando uma fórmula mágica que escanda a ausência de programa para essa luta e conduza à resistência pela resistência,

mesmo que em nome da Constituição. A verdade é que a fase actual de estabilização burguesa, isto é, de reforço do autoritarismo, põe problemas e impõe respostas que se não compatibilizam com a simples perspectiva da defesa das conquistas constitucionais. É ilusório e paralisante continuar a apelar por exemplo, nos termos em que tal era feito no passado recente, para a prática do controlo operário, como se nada tivesse mudado neste país.

Na verdade, muitas conquistas se perderam já, nos campos, empresas, bairros, escolas. Reconhecer isto não significa conformar-se a uma qualquer derrota, mas sim aceitar que a luta de classes em Portugal entrou já numa fase nova.

Para a esquerda não reformista, o reconhecimento desta realidade é decisivo para vencer as presentes dificuldades organizativas e políticas que experimenta. A ausência de programas e de organização adaptados à fase actual nesse sector da esquerda facilita a abstenção política crescente de activistas do movimento popular ou o recurso à "protecção" dos aparelhos reformistas e revisionistas, que acaba por constituir uma outra forma de abstenção.

As formações políticas não-reformistas têm pois a grande responsabilidade de, recolhendo energia nas suas realizações passadas e no estudo rigoroso da nova fase, lutar contra a abstenção, organizando e impulsionando os sectores mais conscientes das massas. O que não será atingido, com a repetição propagandística de princípios que não levam em conta a evolução política.

Em 1980, as eleições legislativas serão uma ocasião privilegiada para testar os resultados do trabalho organizativo e político que a esquerda tiver desenvolvido entretanto. Até lá, esperam-se dois anos de intenso trabalho no seio do movimento popular, e de participação no combate democrático. É deste trabalho e desta participação que um novo programa poderá

nascer. Um programa que oponha à revisão constitucional que os partidos burgueses vão avançar uma resposta que não seja apenas de defesa de princípios mas que utilize como argumentos uma consciência e uma organização novas em amplos sectores populares.

o encontro Eanes/Neto

O encontro entre os Chefes de Estado de Portugal e da República Popular de Angola realizado há dias em Bissau, quaisquer que sejam os seus resultados práticos, representa para já uma vitória para os povos dos dois países que travaram uma luta comum contra o regime colonial fascista que os oprimiu a ambos. E representa ao mesmo tempo uma derrota para aqueles que, tanto antes como depois do 25 de Abril, desenvolveram as mais sujas manobras e intrigas contra o MPLA, em conluio com os governos imperialistas, por forma a evitar que o povo angolano tomasse conta dos seus destinos.



Face a este importante acontecimento, ao mesmo tempo que nos regozijamos pelas possibilidades que ficam abertas ao alargamento da colaboração entre os dois povos, o MES sauda com efusão o MPLA-Partido do Trabalho, ao qual nos ligam laços de estreita solidariedade forjados nos tempos mais difíceis de uma luta que foi, e continua a ser, comum.

Lisboa, 27 de Junho de 1978

Secretariado Político do CC

MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

DIAS 1 e 2 DE JULHO - ENCONTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO NO PORTO

Vai realizar-se nos dias 1 e 2 de Julho, no Porto, o I Encontro Nacional de Organização (ENO) do MES.

Este Encontro destina-se a proceder ao Balanço político e organizativo da actividade político/partidária do MES desde a realização do III Congresso. Nele serão abordadas diversas questões relacionadas com a organização tais como as referentes ao funcionamento do Aparelho Central, de Imprensa e propaganda, e ao nível sindical e de empresa. Será também avaliada a aplicação da política organizativa aprovada em Congresso assim como a política de formação de quadros.

Este debate está inserido numa análise mais ampla da situação política actual e das diversas forças políticas, em particular, daquelas não dirigidas pelo PCP, que se colocam na área revolucionária.

No I Encontro Nacional de Organização participarão 100 quadros dirigentes do Partido de todas as regiões e escalões.

Os trabalhos do Encontro terão início, sábado, dia 1 de Julho, pelas 15 horas e encerrará na tarde de domingo dia 2.

As conclusões essenciais serão dadas a conhecer publicamente em Conferência de Imprensa no final dos Trabalhos.

O MES PRESENTE NO CONGRESSO DO MDP

O MES correspondeu ao convite que lhe foi dirigido pelo MDP/CDE, fazendo-se representar na sessão de abertura do III Congresso desta organização. Apesar do estreitamento político sofrido pelo MDP/CDE após o 25 de Abril, com a consequente quebra da sua autonomia, a luta comum contra o regime fascista desenvolvida no seu seio por militantes do MES e de outros partidos e sectores teve um momento de evocação quando da calorosa saudação feita ao nosso representante na sessão de abertura.

SAIU O "CONE" Nº 4

Do último número do "Cone" - Jornal do Mes para o sector têxtil - consagrado à análise política dos resultados do Congresso da Covilhã, destacamos a seguinte passagem sobre o reforço da Corrente Sindical Revolucionária: "A linha sindical revolucionária que desde 1970, ano da fundação da Intersindical na clandestinidade, tem largas responsabilidades no sector, soube unir todo o vasto le-

que de congressistas que rejeitam os métodos incorrectos da linha reformista maioritária e neste combate interno reforçar-se. Combate este que nunca esquece que o inimigo principal é o fascismo, os patrões e o Governo mas que por isso mesmo tem de, democraticamente, dentro das estruturas do Movimento Sindical Unitário erguido em torno da CG-TP-IN, lutar contra as posições incorrectas que se baseiam na conciliação e no recuo permanente, em vez de organizar e munir os trabalhadores dos instrumentos necessários para que a nossa luta possa ter êxito.



O Programa de Acção, o Caderno Reivindicativo aprovados bem como a composição do próprio Secretariado reflectem por si o reforço da linha revolucionária."

Poder Popular

Journal Quinzenal
- Sai às 5.ªs feiras
- Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
Telefone 66 26 29
Impressão
Renascença Gráfica S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL (2)

NACIONALIZADAS, AUTO-GESTÃO, COOPERATIVAS E DESEMPREGO

Continuamos, neste número, a divulgar o importante Informe que o Departamento Sindical do Comité Central enviou à sua reunião ordinária de 13 e 14 de Maio de 78. Destacam-se: num primeiro ponto a análise da situação das empresas nacionalizadas e intervencionadas, das empresas em auto-gestão e cooperativas, e, num segundo ponto, a situação do desemprego e dos despedimentos.



REVOLUÇÃO SOCIALISTA E REVOLUÇÃO CULTURAL

1 - Ao analisar a Revolução Russa de 1917, Gramsci teve a preocupação de precisar as condições específicas em que este ocorreu, em caracterizar, o tipo de sociedade em que eclodira, demarcando as diferenças que a separavam das sociedades capitalistas da Europa Ocidental de então.

Esta diferença implicará outra estratégia revolucionária para a classe operária e o seu partido nas metrópoles capitalistas. A revolução ocidental não pode consistir apenas numa tomada do poder coercivo, dado que o domínio da burguesia assenta também e sobretudo no consentimento que o mesmo detem por parte das classes subalternas, ao pôr em funcionamento os órgãos da sua poderosa e omnipresente sociedade civil.

Isto significa que a revolução passa por uma luta de grande fôlego travada no terreno da sociedade civil contra a hegemonia da classe dirigente, isto é o proletariado e o partido da classe operária devem lutar contra o poder hegemónico, desagregar a sociedade civil, para subtrair as classes subalternas à influência ideológica da classe dirigente e, pouco a pouco, impôr, por uma difusão da concepção proletária do mundo, a sua própria direcção intelectual e moral.

A luta pela hegemonia, pela conquista da direcção intelectual e moral da sociedade, acompanha a luta pelo poder político, a revolução cultural precede e prepara a tomada desse poder, garante a sua manutenção e a edificação de uma nova ordem social, de novas relações de produção.

2 - O peso da direcção estalinista na política seguida pela III Internacional empurraram para o esquecimento as teses e as análises gramscianas.

O desprezo do estalinismo pela luta ideológica, encarada como agente activo de transformação social, levou à reprodução das antigas relações capitalistas de produção, pelo recurso aos seus métodos e escala de valores (os estímulos para combater a baixa produtividade, as palavras de ordem do tipo "A técnica decide de tudo", substituída mais tarde por "Os Quadros decidem de tudo", etc).

Ao negar a necessidade da Revolução Cultural, o estalinismo, como o revisionismo hoje, consolidou o poder da casta burocrática dirigente, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre cidade e campo, entre os que produzem e os que dirigem.

3 - Senão Mao-Tse-Tung e o PCC que ao longo de todo o processo revolucionário chinês (antes e depois da tomada do poder) marçou de novo a primeira plano a importância decisiva da Revolução Cultural, retomando assim alguns dos conceitos básicos do pensamento gramsciano.

A articulação entre a luta armada e a luta ideológica, em que esta assumia muitas vezes a prioridade, permitiu aos comunistas chineses arrancar vastas camadas de camponeses às influências "monais e intelectuais" de uma sociedade muito estratificada e onde pesava fortemente o elemento tradicional (o culto do património dos antepassados).

Foi assim possível forjar um bloco revolucionário sobre a hegemonia do proletariado, com uma nova forma de pensar, um novo conceito do homem, uma nova visão do mundo, que ganhou a hegemonia da sociedade civil antes de se atirar ao assalto da sociedade política.

"É necessário tomar o poder no plano ideológico se se quer consolidar a hegemonia da classe operária". - este princípio base da revolução cultural chinesa resume o princípio de todas as revoluções culturais: o de que a luta de classes não acaba com a tomada do poder, antes adquire uma nova dimensão, em que as contradições no seio do povo, a luta do novo contra o velho, exigem métodos de resolução e superação diferentes, como forma de garantir o poder proletário.

4 - Os comunistas põem no centro da sua prática política as tarefas da luta ideológica, da revolução cultural. Mas para as conseguirem levar a cabo, sabem que necessitam de vencer na sua própria organização as influências da ideologia burguesa dominante, às quais não são imunes e contra as quais a única arma que possuem é a discussão ideológica firme e permanente, a prática da crítica e da autocritica.

A organização dos comunistas tem de pré-figurar a sociedade futura e não ser apenas o arauto a anunciá-la para um dia longínquo.

4. O peso dos sectores e empresas de propriedade estatal e social

Neste breve balanço da situação do movimento operário e sindical interessa fazer o ponto da real importância destes sectores e empresas e das suas características, tanto mais que a propaganda do PCP os pretende identificar e fazer passar por sectores e empresas "não-capitalistas".

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-

encontra-se submetido directa ou indirectamente às relações sociais de produção capitalistas dominantes na nossa sociedade. Para o reformismo revisionista o sector "não-capitalista" ou as "formações económicas distintas" nascem de um "apurado" sentido de abstracção, isto é, da abs-



Esta posição do PCP consiste na justificação teórica da pactuação e colaboração com a recuperação capitalista destinada a garantir-lhe a manutenção e reforço de posições no aparelho produtivo. No plano prático esta posição traduz-se na palavra de ordem da "manutenção dos limites das actuais formações económicas" e tem levado a todo um conjunto de acções que contribuem para o enfraquecimento da sua organização - dois exemplos ilustram esta política: 1) A colaboração na autonomização da contratação colectiva nas empresas nacionalizadas que contribui para dividir os trabalhadores, dispersar as lutas e facilitar a recuperação capitalista, embora mantenha o controle do PCP sobre os conselhos de gerência; 2) A indiferença face à organização cooperativa de produção, nomeadamente no que se refere à necessidade de coordenação económica, quando aí deitamos uma posição hegemónica, o que leva ao isolamento face às relações capitalistas dominantes.

tracção das características do Poder político (que é burguês) e das relações de produção dominantes (que são capitalistas). As empresas intervencionadas constituem um sector de transição comportando actualmente três destinos: 1) Entrega ao patronato sabotador sempre que tenham viabilidade em termos capitalistas (quando não têm no imediato o Governo em muitos casos cria-a com empréstimos e subsídios); 2) Alguns casos muito reduzidos de constituição de empresas mistas, isto é, em que a intervenção é prolongada (hipótese posta para a Metalúrgica Duarte Ferreira) e 3) Falências que deixam centenas de trabalhadores no desemprego quando o patronato não mostra interesse em regressar.

para cada um dos sub-sectores: as intervencionadas e as sociedades participadas (em que o estado tem uma minoria do capital):

Sub-sector	Investimento	Produção	Emprego
1. empresas públicas (22)	4,776	8,698	66,579
2. empresas nacionalizadas (201)	14,348	27,435	140,579
3. empresas controladas (219)	2,143	4,640	31,454
I. (1 2 3) (442)	21,267	40,773	238,617
4. empresas participadas (163)	980	3,874	25,900
5. empresas intervencionadas (206)	2,956	6,146	55,809
II. Total do País	56,891	258,005	2,335,200

Por aqui se vê que, em termos numéricos, o peso deste sector na economia portuguesa é muito semelhante ao do que se verifica na França ou na Itália (cerca de 10% da produção, 11% do emprego e 33% do investimento) e só os malarismos numéricos, do PCP (antes do 25 de Novembro) e da direita (na fase actual), podem iludir esta constatação. A real importância deste sector é qualitativa: ele reúne as mais rentáveis empresas do sector das novas explorações (celulose, químicas, reparação e construção naval, etc.) e do sector básico (cimentos, metalurgia de base, refinação de petróleo, etc.), que são decisivas em todo o processo de acumulação de capital e de que o grande capital nacional e estrangeiro não ab-

rência para a Banca de cerca de 16 milhões de contos em dois anos, sob a forma de juros; 2) aumento da exploração dos trabalhadores passando a parte dos salários no valor criado, de 60% em 1976 para um pouco menos de 50% em 1977 e estando previsto cerca de 30% em 1978, para as principais empresas públicas produtivas.

5. Os despedimentos

A actual situação sindical é marcada por um recrudescimento dos despedimentos que se vem juntar às centenas de milhar de desempregados à procura de novo ou de primeiro emprego (neste caso situação cada vez mais degradada para os jovens). De acordo com os últimos dados oficiais (e de acordo com a preocupação principal posta na sua elaboração que é a de encobrir a real dimensão do desemprego) a evolução da taxa de desemprego desde 1974 foi a seguinte:

Os efeitos das medidas do pacote 2 e a liberalização dos despedimentos são bem demonstrados pelas inscrições na Direcção do Serviço de Emprego (DSE) de trabalhadores à procura de primeiro ou novo emprego.

Como se vê o ritmo explosivo de nos finais de 1977 atingindo a segunda subida mais elevada desde 1974 e 12 vezes mais do que no início de 1977. As inscrições na DSE vão igualmente servir para nos dar uma ideia da real dimensão do

	1974	1975	1976	1977
Desempregados (milhares)	180	380	450	485
Emprego total (milhares)	3,100	3,080	3,100	3,120
Taxa de desemprego (%)	5,5	11,0	12,7	13,4

tem-se do seguinte modo:

1. Cooperativas de produção	1.267
2. Cooperativas de produtores ou de distribuição/comercialização	691
3. Cooperativas de consumo	406
4. Cooperativas de habitação	188

O movimento cooperativo conheceu um enorme crescimento em quantidade e, sobretudo, em qualidade com a nova situação gerada com o 25 de Abril. Existem hoje cerca de 2.725 cooperativas legalizadas, das quais 1.846 (68%) depois do 25 de Abril. O movimento de constituição de cooperativas não tem parado de crescer: 1974 - 27, 1975 - 331, 1976 - 631 e 1977 - 857.

Em termos de postos de trabalho contam-se no sector cooperativo cerca de 96.216, distribuídos do seguinte modo: agricultura - 65.000; indústria - 16.528, dos quais têx-

cas - 3.013; construção - 6.035; serviços operários - 4.086; serviços não operários - 1995 e comercialização - 614. Na organização do movi-

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

mentem-se do seguinte modo:

1 de julho Dia Mundial da Cooperação manifesto

1 de Julho, dia escolhido internacionalmente para comemorar este ano o Dia Mundial da Cooperação. Em Portugal este "Dia" desde o 25 de Abril, com a conquista das liberdades, tem vindo a ser assinalado pelas organizações cooperativas, que em todos os ramos e sectores tiveram um grande desenvolvimento. É tendo em conta por um lado a importância que as cooperativas ganharam, no pós 25 de Abril, como forma de associação colectiva de trabalhadores, para a resolução dos seus problemas gerados pelo capitalismo; por outro, os entraves, dificuldades e boicotes que o poder burguês em reconstrução desde o 25 de Novembro tem vindo a levantar para derrubar essa conquista popular; que o "Poder Popular" se associa às comemorações deste ano através da divulgação das iniciativas e tomadas de posição que a Comissão Organizadora de Lisboa do Dia Mundial de Cooperação/78 está a levar a cabo. E fazê-lo porque o nosso Partido está consciente que a organização das cooperativas, desde que correctamente equacionada, poderá constituir uma das armas e ferramentas no erguer da Resistência Popular Activa ao avanço da direita e da burguesia que reestruturando a dominação do Capital estão a trazer a miséria e a repressão ao Povo.

Para o movimento cooperativo português o 25 de Abril de 1974 constituiu um marco de grande importância. Em todos os ramos e sectores a liberdade conquistada constituiu factor de grande dinamização na formação de cooperativas. Nos sectores da produção agrícola e industrial e dos serviços os trabalhadores encontram no associativismo cooperativo a forma de combater o desemprego, criando relações de trabalho mais justas e participadas. Nos ramos de consumo e da Habitação, as cooperativas surgem para combater as actividades especulativas e resolver um dos maiores problemas da população portuguesa: uma Habitação condigna. Cooperativas Culturais e de Ensino, perseguidas pelo regime fascista, desenvolvem-se e dão um importante contributo na Educação e Cultura Popular. Os anos de 77 e 78, após o crescimento em flecha de cooperativas, que não parou de todo, deveriam ser anos fundamentalmente de consolidação e de maior organização. Se é verdade que as cooperativas muito fizeram por isso, os obstáculos de ordem económica e legal aumentaram e nada

foi feito no sentido de apoiar o sector cooperativo. Temos que transformar este Dia Mundial da Cooperação numa jornada de debate e análise e de divulgação do que querem as cooperativas e para onde querem ir. Debate e análise sobre as formas de organização que servem o sector cooperativo e sobre as necessidades prementes das cooperativas face ao Aparelho de Estado, no sentido em que aponta a Constituição.

-30 de Junho, sexta-feira	- abertura das salas com exposições e vendas.
- 21 h - intervenção de abertura	- 21.30 h - sessão cultural (teatro, canto livre).
- 1 de Julho, sábado	10 h - início do Plenário de debate
14 h - almoço de confraternização	15.30 h - actividades culturais várias (dedicadas principalmente às crianças).
21 h - intervenções públicas sobre o "DMC", e as conclusões tiradas.	
22 h - sessão cultural (Cinema, Canto livre).	



TRABALHADORES EM LUTA!

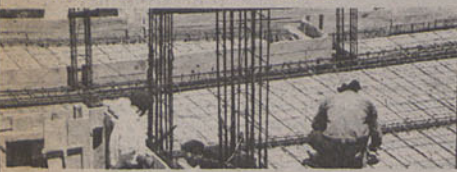
J. PIMENTA: A QUEM SERVE A DIVISÃO?

Os trabalhadores da J. Pimenta, que no activo já não ultrapassam os 1000, continuam a braços com graves problemas, entre os quais ressaltam o não recebimento de salários desde há seis meses. Mas outras questões ameaçam também o futuro sombrio daqueles operários. Depois da decisão do Conselho de Ministros de conceder um aval à empresa para uma "estranha" reestruturação, os trabalhadores correm agora o risco de ficar no desemprego, pois, segundo a comissão administrativa — mandatada pelo Governo — "não há alternativa aos despedimentos para viabilizar economicamente a empresa".

Entretanto, resultam em vão as propostas dos trabalhadores que apresentaram, duas vezes, propostas de reestruturação sem despedimentos, quando tudo é decidido ao contrário pelos responsáveis governamentais. A CT sintetizou já as exigências dos trabalhadores, que apontam sobretudo para a criação de uma empresa mista de capital maioritário do Estado, a imediata renegociação de obras interrompidas e a defesa dos postos de trabalho.

A par de uma certa desmobilização a que se vai assistindo — pois muitos debandaram para outras empresas onde lhes fosse garantido o salário — os trabalhadores deram também agora conta da existência de mais inimigos, estes internos e que parecem empenhados em arruinar a fraca organização que ainda resta. São mesmo alguns empregados dispostos a apoiar o regresso do patrão João Pimenta que estão a lançar a confusão, tendo já criado uma nova CT a dita "democrática".

Trata-se, evidentemente, de promover a divisão para mais facilmente derrotar os trabalhadores e consentir mais uma afronta às conquistas do 25 de Abril e à própria Constituição da República. O regresso de João Pimenta em nada beneficiará quem trabalha e as ressalências também não tardarão sobre os elementos mais activos. No seu combate pela manutenção dos postos de trabalho abre-se agora nova frente de luta, contra a divisão. Os ditos "democratas" servem objectivamente o patrão e o Governo que lhe está a fazer o jogo, com a sua política antioperária.



CONSTRUÇÃO CIVIL: CCTV AINDA NÃO SAÍU!

Os trabalhadores da construção civil continuam sem ver negociado o contrato colectivo vertical para o sector. Depois da greve de dia 15, que a Comissão Negociadora Sindical considerou uma "grande jornada de luta" praticamente, nada se adiantou no sentido de pressionar os patrões a aceitar as tabelas salariais propostas pelos trabalhadores. Problemas de mobilização, mas sobretudo a incorrecta direcção da luta por parte da CNS reformista a conseguir que a negociação de um contrato se arraste ao longo de três anos, para depois apenas se obter uma Portaria de Regulamentação de trabalho, que, a ver pelos restantes documentos laborais publicados pelo Governo, apenas irá defender o patronato, lesando os trabalhadores.

Apesar da luta ainda não ter terminado, pelo menos os trabalhadores mais conscientes não estão dispostos a ficar quietinhos à espera de mais uma portaria anti-operária, e de salientar o "silêncio" que está a ser feito em torno da questão.

E, para além deste elucidativo dado, a própria CNS não afirmou já em comunicado que o contrato não era possível e que se aguardava agora a saída de uma PRT face à qual os trabalhadores deveriam reagir caso ela não correspondesse aos seus interesses? Lançar estes apelos não será desmobilizar os trabalhadores de uma luta lançando-lhes o paleativo de que a portaria até poderá ser satisfatória? Não é, objectivamente atraçar os trabalhadores, os seus interesses e objectivos de luta?

Corrente sindical revolucionária vence lista PC no Vestuário de Braga

A lista A, concorrente às eleições para o Sindicato do Vestuário de Braga com um programa na linha das posições que a Corrente Sindical Revolucionária defende, venceu por larga margem sobre a lista B, afecta ao PCP, embora dita "unitária".

Com uma participação de 63% dos trabalhadores em condição de votar, a lista Revolucionária e realmente unitária obteve 1564 votos (76%) contra 500 (24%) da lista reformista.

Neste sindicato, como outros (Calçado de Aveiro, Electricistas do Centro etc) verifica-se uma vitória da lista de unidade revolucionária face às listas PC (com um ou outro independente para compor o ramalhete).

A lista A, proposta pela anterior direcção, teve de enfrentar as mais baixas manobras difamatórias e caluniosas que o PC não deixou de lançar. Porém, mais do que isso, e como já se esperava, para os trabalhadores contou o conhecimento da prática sindical da

anterior direcção que tem seguido uma linha de massas democrática levando os trabalhadores a controlar efectivamente o sindicato, fomentando o sindicalismo de participação e não de delegação e burocrático.



Numa região difícil, em que muitos trabalhadores labutam em pequenas e médias unidades dispersas, os revolucionários tem enfrentado de caras as situações, na certeza de que é pela resolução dos problemas que o sindicato pode e deve prestigiar-se perante os trabalhadores. Enfrentando os padrões nos locais de trabalho onde cresce dia-

a-dia o autoritarismo e a repressão, os dirigentes unidos aos delegados e a todos os trabalhadores têm sabido resistir activa e firmemente à ofensiva patronal como foi exemplo mais conhecido a grande vitória dos trabalhadores da Maconde após um mês de greve e lock-out daquela multinacional.

Cimentada a unidade na resistência e na luta, havia condições para construir uma lista baseada em critérios de capacidade sindical, o que foi feito.

O PCP não vindo na lista os elementos que desejava tratar de forjar uma lista, apenas para dividir e sem hipóteses de vitória — como os números comprovavam, impedindo a participação na lista A de activistas por si controlados e que a anterior direcção havia convidado com base na sua capacidade.

De resto, a lista A integra activistas sindicais do PCP que não obedeceram à determinação partidária.

O programa da lista A, que concorreu sob as palavras de ordem "Por um sindicalismo de massas e de classe, pela participação de todos os trabalhadores no sindicato", defende a CGTP-IN e os princípios aprovados no Congresso dos Sindicatos de Janeiro de 77, mas lutando dentro das suas estruturas pelas propostas e ideias que pensam ser as melhores.

O programa inseria como pontos principais a luta pela defesa das necessidades imediatas dos trabalhadores, de melhores condições de vida e de trabalho; a dinamização da vida sindical; a reestruturação e desenvolvimento do movimento sindical e um correcto trabalho cultural.

Este acto eleitoral contribuiu para demonstrar a capacidade dos revolucionários em desenvolver um adequado trabalho dentro do Movimento Sindical Unitário e da CGTP-IN em alternativa à linha reformista e conciliadora do PCP, que tende a fazer da CGTP-IN e dos sindicatos uma correia de transmissão das suas negociatas e cedências de gabinete e parlamentaristas, transformando a mobilização de massas em pólvora seca face ao Governo e à ofensiva da burguesia.

PROFESSORES DO SUL: LUTA EM DUAS FRENTES

Os professores da zona sul lutam, lado a lado com os restantes colegas de todo o país, contra a política reaccionária do ministério de Cardia.

Porém a luta dos professores da zona sul tem sido muitas vezes ingloria e os seus objectivos deturpados pelo facto de o seu órgão de classe — o Sindicato dos Professores da Zona Sul ter a sua direcção controlada por um bando de oportunistas e provocadores affectos ao PCTP/MRPP.

É à luz desta situação, cujas causas é preciso analisar para que não se cometam os erros do passado, que os professores da zona sul se encontram neste momento tão importante da sua luta contra o MEC, privados na prática do único órgão que poderia mobilizar os professores para a luta pela satisfação do seu caderno reivindicativo.

Nos últimos meses têm sido tantas as decisões da Direcção do Sindicato contra a vontade da classe, a ausência de directivas quando é urgente actuar, os atropelos aos estatutos, as provocações através de comunicados da Direcção, etc, que os professores da Zona Sul começam a avançar firmemente ao encontro da solução que ganha cobro a esta caótica situação.

CONTRA A REVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO

Porém, esta tarefa não é fácil porque a Direcção do Sindicato tudo tem feito para boicotar toda e qualquer iniciativa tendente a colocar as coisas no seu devido lugar. A extensão da zona, que

engloba os distritos de Évora, Portalegre, Beja e Faro, não permite um contacto fácil entre os delegados sindicais, porque as Assembleias Distritais de Delegados não possuem executivos, previstos estatutariamente mas que a Direcção ainda não permitiu que fossem eleitos procedendo para tanto das formas mais "democráticas" possíveis tais como — não dando cumprimento a deliberações de Assembleias de delegados (caso de Évora), recusando pedidos de sindicalizados em número superior ao previsto nos Estatutos (caso de Beja), fechando as portas do Sindicato (caso de Faro), etc.

Como se isto não chegasse, a Direcção do Sindicato ficou vinculada através de uma proposta aprovada por larga maioria nos plénários realizados entre 7 e 9 de Junho em Faro, Portimão, Beja, Ourique, Portalegre e Évora, a convocar Assembleias Distritais de Delegados com o fim de elegerem os respectivos Secretariados. Uma vez mais recusou-se a fazê-lo, embora a isso estivesse obrigada.

Os professores da Zona Sul sabem encontrar a resposta adequada a estas manobras da sua "democrática" Direcção, pois só assim conseguirão a organização necessária para a luta contra a política reaccio-

nária do MEC.

Esta luta exige o esforço e a unidade de todos os professores. O papel dos revolucionários tem sido e terá de continuar a ser muito importante, mantendo a direcção de todo o processo.

Os revolucionários e particularmente os professores do MES na Zona Sul não podem permitir que esta situação se arraste até à realização de novas eleições para o Sindicato (em meados de 1979), como parece pretenderem os professores affectos ao PCP.

Os professores da zona sul têm que saber articular muito

bem a sua luta, dado que esta tem duas frentes e ambas têm que ser ganhas. Por um lado é preciso que a luta contra o MEC incentive os professores na luta pela conquista do seu sindicato o que impõe como tarefa imediata a eleição e efectivo funcionamento dos Secretariados Distritais de Delegados Sindicais. Mas é preciso também por outro lado, que esta luta pela conquista do sindicato não nos faça esquecer o processo mais geral que opõe os professores de todo o país à política reaccionária do Ministério de Cardia.

CRIAR FEDERAÇÕES SINDICAIS PARA MELHOR CONTROLAR...

Foi recentemente constituída, em Coimbra, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Cartonagem. Reunindo sectores próximos, mas com problemas radicalmente diversificados, o novo órgão sindical pouco mais traduzirá do que um aumento substancial de elementos que ficarão sob a alçada da linha reformista, predominante no nosso movimento sindical.

De resto, foi a própria Comissão Instaladora que referiu a anterior Federação, celulose e papel que abrangia 14 mil trabalhadores, passaria agora a representar cerca de 40 mil, o que traduz "um notável reforço" (diz a Comissão) ou melhor, segundo a nossa opinião um passo no sentido de controlar com "a mesma pazada" mais trabalhadores.

Mas as implicações desta fusão não ficam por aqui. Arregimentando os trabalhadores na Imprensa e os gráficos (nomeadamente os que laboram na comunicação social) tudo indica que as dificuldades existentes a nível da verticalização do sector da Informação irão aumentar, reduzindo drasticamente as já poucas capacidades de combate de um sector onde as liberdades de expressão estão cada vez mais ameaçadas e o fascismo lançando mão...

Constituída que foi a nova Federação, importa pois não desistir da verticalização a nível da Informação. Uma jogada oportunista não poderá fazer esquecer os interesses dos trabalhadores. A unidade na organização e na luta é um trunfo importante dos trabalhadores e, neste caso, no sector da comunicação social.



MES SAÚDA MAPU

Por altura das comemorações do 9º aniversário da organização revolucionária chilena - MAPU - o MES enviou, através do nosso comité local de Paris, a mensagem que a seguir transcrevemos.



9º ANIVERSÁRIO DO MAPU - MENSAGEM DO M.E.S.

O Movimento de Esquerda Socialista sauda o MAPU no seu 9º aniversário de luta e organização revolucionária pela conquista do Socialismo no Chile e na solidariedade com a luta de todos os povos oprimidos.

Ao participar nesta jornada de luta o MES alerta todos os camaradas para o combate solidário que é preciso levar por diante contra o imperialismo.

Em Portugal, como em toda a parte, aonde não foi definitivamente liquidado, o imperialismo trabalha activamente para, lado a lado com as forças do poder, destruir as conquistas das massas trabalhadoras. O governo de direita PS/CDS acaba de aceitar as medidas económicas ditadas pelo FMI, institucionalizando assim a mais evidente ingerência imperialista na política interna do nosso país.

Ao mesmo tempo o governo PS/CDS tenta a todo o custo enganar as massas populares com um Pacto Social para instaurar a paz social de que o capitalismo necessita para aumentar as suas taxas de acumulação de capital. O MES apela a todos os trabalhadores para que se unam no combate contra o pacto de miséria e de fome que o governo pretende impor. O MES luta pela organização das massas populares em todas as frentes de luta da Resistência Popular Activa, única forma de acumular a força capaz de passar à ofensiva contra o capitalismo e o imperialismo.

CAMARADAS:

Hoje, no 9º aniversário do MAPU nós queremos reafirmar a nossa solidariedade com os povos em luta em todo o mundo e sobretudo na Argentina, Peru e Chile. O MES reafirma a sua solidariedade militante com o MAPU e espera ver reforçados os nossos laços de solidariedade durante este 10º ano de luta que se abre perante nós.

VIVA O MAPU!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

VIVA A LUTA DE TODOS OS POVOS CONTRA O IMPERIALISMO!

AGRESSÃO DA INDONÉSIA A TIMOR-LESTE

1800 ASSINATURAS DE PROTESTO ENVIADAS À EMBAIXADA BRITÂNICA

O CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral lançou um abaixo-assinado de protesto contra a venda pela empresa British Aerospace de 8 aviões bombardeiros Hawker, ao governo indonésio, no valor de 25 milhões de libras.

Estes aviões cuja venda foi aprovada pelo governo britânico são especialmente preparados para o carregamento de bombas e para ataques a baixa altitude pelo que o objectivo das autoridades indonésias será sem dúvida, a sua utilização em Timor-Leste para o bombardeamento e ataque às áreas libertadas e controladas pela Fretilin.

Esta campanha de protesto e de solidariedade para com o Povo de Timor Leste e a Fretilin, conseguiu já através do abaixo-assinado reunir 1800 assinaturas as quais foram enviadas à Embaixada Britânica em Lisboa. O CIDAC continua ainda a recolher assinaturas.

A LUTA CONTINUA DEPOIS DO MUNDIAL

Por iniciativa do CALPAL (Comité de Apoio às Lutas dos Povos da América Latina) decorre a campanha de denúncia do aproveitamento político do Mundial pela ditadura Argentina, que teve o seu ponto alto no passado dia 15 aquando da realização de um Comité no Pavilhão do Caco, em Campo de Ourique.

Com a presença de numeroso público intervieram membros do CALPAL e resistentes argentinos que denunciaram o clima de terror instalado na Argentina pela junta Militar de Videla e repudiaram o aproveitamento político que o ditador espera tirar da realização do "Mundial de Futebol".

Falaram em nome do Calpal Acácio Barreiros, António Bento, César Oliveira, Gualter Basílio e Cortes Simões. O camarada Cortes Simões expressou o seu protesto contra o facto de as organizações internacionais responsáveis pelo futebol terem permitido que o "Mundial" se tivesse realizado na Argentina, dando assim a oportunidade a uma tenebro-

sa ditadura de encobrir os seus crimes e propagandear a sua ideologia. Tendo ainda salientado que os ditadores fascistas sempre aproveitaram as grandes manifestações desportivas para escamotear as realidades internas dos seus países, recordando também "a figura patética de Américo Tomás quando aparecia nos espectáculos desportivos fingindo-se interessado, mas apenas procurando, no fundo parecer simpático e popular".

Os camaradas argentinos trouxeram nas suas palavras o testemunho da luta de um povo que não se vergou face à repressão e crimes da Junta Militar e que tem sabido resistir lutando pela sua liberdade.

Participou ainda nesta sessão o grupo musical Del Sur, que interpretou algumas canções revolucionárias da América Latina.

Além deste Comité a Campanha promovida pelo Calpal teve outros aspectos que se alargaram a todo o país: recolha de assinaturas num abaixo-assinado para denúncia da



situação na Argentina, saída de um autocolante, realizações de sessões em escolas e locais de trabalho, intervenção nos órgãos de informação social, etc.

Acabado o "Mundial" o trabalho continua, já que a luta do povo argentino continua, sendo pois decisivo que todos

os antifascistas continuem o seu trabalho de esclarecimento e denúncia da situação que se vive na Argentina e em todos os locais do Mundo onde situações ditatoriais exercem a sua repressão sobre o povo. Trabalho que passa igualmente por em Portugal dar um firme e seguro combate ao fascismo que tenta levantar a cabeça!

«lois»: TRÊS ORIENTAÇÕES PARA A LUTA

Na Saéz-Merino, multinacional sem lei, os pequenos conflitos são quotidianos, ameaçando a cada momento explosões de maior repercussão; desta vez a suspensão de duas delegadas sindicais pelo facto de não abdicarem de cumprir as tarefas que o cargo para que foram eleitas lhes exige.

Previra-se que mais tarde ou mais cedo este ataque se daria, já que o patrão convencido da sua intocabilidade pelas sucessivas prepotências que vinha impondo e pelo relativamente atrasado grau de consciência das trabalhadoras, não deixaria decerto de tentar beneficiar da actual situação política global - com uma nova lei para regulamentar a actividade e liberdades sindicais na forja, que tanto quanto se sabe será uma verdadeira lei anti-sindical - para impôr "definitivamente" a sua autoridade repressiva anulando todo e qualquer direito dos trabalhadores se organizarem.

Contava bastante nos seus cálculos o facto de serem mulheres, não só as suspensas como também a generalidade dos trabalhadores. Cálculo simples já que é sabida a dificuldade que há em encetar lutas com peso predominante feminino, devido à secular opressão a que a mulher tem sido sujeita e que tem feito dela um apêndice da sociedade. A imagem tradicional da mulher mesmo da que trabalha com os tachos, os filhos, os romances de amor e agora as telenovelas não é um mito.

Supresa grande foi pois para o patrão quando a grande maioria das operárias se levantou como uma só exigindo

a imediata revogação da medida de suspensão. Daí à prova de força com que se enfrentam as partes em confronto, não foi preciso muito.

Na actual situação as trabalhadoras propõem manter-se em greve pela reintegração das 8 trabalhadoras detretando despedidas pelo patrão - ilegalmente, já que encerrou as portas da fábrica, só deixando entrar quem ele quer, fazendo claro lock-out, proibido por lei, suspendendo pois o contrato de trabalho.

Entretanto o secretariado de V. Franca de Xira da CIL convocou para sexta feira, 23 uma concentração de apoio à luta das trabalhadoras no seguimento do "empurrão" que o PCP vem dando através de notícias no "diário" e com a presença constante de alguns elementos seus da CT's da zona em particular da Mageu.

Ao que parece todo o apoio do PCP, pelo menos momentaneamente, se esgotou aí na concentração onde os seus homens à viva força tudo fizeram para impedir a intervenção do Sindicato representativo dos trabalhadores e que não foma a forte pressão feita até pelas próprias despedidas não teria tido oportunidade de marcar a sua presença. Na segunda feira seguinte quando

mais precisa era a presença para apoiar a luta, que de certo modo tinham precipitado o desencadear, eles não estavam lá.

O mesmo não acontece com a UDP que não estando nunca lá, nem na União Local dos Sindicatos, onde se recusaram a fazer qualquer trabalho, vem após a concentração a emitir um comunicado apoiando-a e apelando à USVFX que convoie uma greve geral no cancelho. Atitude típica de quem crê ser com exigências de firmeza e de luta vindas do exterior que o movimento sindical se transforma e que crê que é com apelos grandiloquentes atirados de uma qual-

quer tribuna que se modificam as condições objectivas e subjectivas que permitem transformar a resistência dispersa e desordenada na Resistência que os trabalhadores têm de erguer também ao novo autoritarismo burguês.

É lutando nas estruturas dos trabalhadores, é estando em permanente contacto com as massas e a sua luta, propondo caminhos, mas nunca abandonando e estando sempre na primeira fila mesmo que os trabalhadores decidam partir ao "assalto dos céus" em condições desfavoráveis, é assim que os revolucionários poderão lenta mas seguramente ganhar força e assumir-se, com credibilidade, direcção da luta popular.

Na Lois mais uma vez estas três perspectivas: de controle partidário estrito da luta, de afirmação partidária exclusivamente propagandística e de construção da alternativa revolucionária e popular, têm estado presentes.

Unir e organizar para a luta

CONFERÊNCIA NACIONAL sobre O SECTOR TÊXTIL

PROMOVIDA pelo



Movimento de Esquerda Socialista

SESSÃO FINAL

Lisboa, 30 Setembro 1978

a mulher nos sindicatos

No próximo dia 2 de Julho realiza-se um encontro de Mulheres do Distrito de Lisboa. Marcado quase em cima da hora, sem preparação nem discussão nos locais de trabalho muitas trabalhadoras só dele tiveram conhecimento pela convocatória publicada nos jornais diários:

Os temas centrais do encontro são:

1. A Mulher e o Trabalho
2. A Mulher e a alta do custo de vida
3. A Mulher na Família e na Sociedade

Ainda está bem presente no espírito das camaradas que nele participaram, o que foi o 1º Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora em Julho de 1976.

O controleirismo dos reformistas, mais interessados em apresentar obras de fachada pró-eleitorais do que em discutir e resolver os problemas dos trabalhadores, levou à sabotagem da discussão. Foi o caso, nomeadamente, de propostas visando levar para os locais de trabalho e para a imprensa sindical os temas e conclusões do Encontro a fim de os aprofundar. Ficando-se por justíssimas afirmações de princípio que nunca se levaram à prática.

Está à vista o que se fez desde então até hoje. Os Departamentos de Mulheres dos Sindicatos apenas existem no papel, não tendo feito nenhum trabalho de consciencialização e esclarecimento das trabalhadoras. A sua "utilidade" resume-se quase exclusivamente aos apelos para as manifestações sindicais. A mulher trabalhadora é encarada, não como um ser com problemas e preocupações que lhe são próprios (para além daqueles que

possui enquanto elemento de uma classe explorada), mas como massa mobilizável para questões que, por vezes, pertencem a sua condição. Isto verifica-se no que se refere ao problema do aumento do custo de vida.

— Afirma-se que a mulher é um ser explorado e oprimido, que um dos aspectos assumidos por essa opressão é a atribuição pela sociedade capitalista, patriarcal e machista, à mulher, de um determinado papel na sociedade e na família. Papel que a define como produtora e reproduzidora da força de trabalho, como economizadora de despesas sociais através de trabalho doméstico por ela executado.

— Afirma-se que essa situação da Mulher tem de ser transformada para se construir uma sociedade nova e que um passo a dar nesse sentido é a que a integra na esfera produtiva em pé de igualdade com os seus companheiros.

— Afirma-se (afirmamos nós) que paralelamente a esta luta democrática pela igualdade tem que haver, não só a criação de infraestruturas que vão simplificando o trabalho em casa, como a mentalização tanto do homem como da mulher para o que está errado e o que é preciso alterar nas relações entre ambos os sexos.

— E no entanto aponta-se (apontam) a luta contra o custo de vida como objectivo de luta exclusivo da mulher. Segue-se o caminho contrário ao das afirmações — o mais fácil — que é o de não lutar contra o que se quer transformar. Dizer que é a "mulher a principal vítima do custo de vida" porque "só é ela que vai às compras" e que tem que fazer chegar o magro salário de miséria até ao fim do

mês", é aceitar e fazer aceitar como natural e correcto o papel tradicional atribuído à mulher.

É o que têm feito os Departamentos de mulheres dos Sindicatos (sempre apoiados pelo MDM e pelas CUMS) utilizando as mulheres para lutas justas mas que são de todos os trabalhadores.

Já mais de uma vez dissemos que na fase actual de resistência e, em particular na fase concreta em que a mulher se encontra, são necessárias as Comissões de Mulheres nos Sindicatos para que elas consigam na vida sindical e não só, o papel a que têm direito,

mas também é preciso que não se reproduzam as velhas Comissões Femininas corporativas do fascismo para isolar e dividir trabalhadores e trabalhadoras.

O reforço do movimento sindical passa pela conquista das mulheres para a luta de todos os trabalhadores e passa pela integração no Movimento Sindical dos seus objectivos próprios de luta, que vão desde a defesa intransigente do direito ao trabalho e igualdade de salário, à campanha de sindicalização, participação e formação profissional, à luta pela criação dos equipamentos sociais que a libertem



do trabalho doméstico, à luta pelo direito ao seu próprio corpo através da divulgação do planeamento familiar, de despenalização do aborto e sua prática nos serviços de saúde; ao combate ideológico permanente contra as manifestações de ideias contrárias à emancipação da Mulher.

lanifícios da Covilhã LINHA REVOLUCIONÁRIA REFORÇA-SE

Tal como vem acontecendo ultimamente devido à crescente ultra-sectarização do PCP concorreram às eleições de um sindicato operário — Lanifícios da Covilhã — duas listas, ambas apoiadas pela CGTP-IN, uma controlada pelo PC e outra realmente unitária composta por um leque alargado de activistas (incluindo simpatizantes do próprio PC).

Nesta caso da Covilhã tratou-se, para o PC, de partir a anterior direcção — unitária e hegemónica pelo PCP mas incluindo um significativo número de dirigentes sindicais independentes e com posições críticas face aos métodos reformistas. Numa assembleia geral manipulada partidariamente, o PC impôs uma Comissão Directiva totalmente partidária tendo-se efectuado

agora as eleições que haviam sido adiadas em Março.



A lista B, dos ex-dirigentes com posições críticas face ao controleirismo burocrático e à prática reformista dos elementos PC da Comissão Directiva, reuniu o apoio de 950 trabalhadores contra perto de 1400 da lista A.

Constituiu só por si um acto de coragem e de defesa de

uma perspectiva de classe correcta a apresentação da lista B. Na Covilhã em anteriores eleições listas à esquerda do PC nunca tinham ultrapassado os 5% de votos...

Os 40,5% de votos agora obtidos pela lista B são bem a demonstração de que os trabalhadores laneiros não dormem e de que, mais tarde ou mais cedo, as perspectivas correctas se imporão naturalmente. Para tanto é preciso que os componentes da lista B e os trabalhadores que nela votarem estejam presentes na primeira fila do combate sindical defendendo as perspectivas revolucionárias e as conclusões do II Congresso Têxtil. Veremos se a Direcção eleita terá a capacidade de as levar à prática.

Demonstrado ficou também que o sector têxtil é aquele

onde as posições revolucionárias e críticas pela positiva e pela acção de massas em relação à linha hegemónica do PCP detêm maior força e apoio dos trabalhadores e que resulta de toda uma tradição e prática que reúne um conjunto alargado de activistas revolucionários e camaradas independentes com provas dadas que constituem para cada vez maior número de trabalhadores uma referência e uma alternativa com credibilidade.

Note-se ainda a impotência da linha sindical do PS que tendo sido a principal oposição à anterior direcção não teve agora possibilidade de fazer lista. A crise do sector e a política do Governo reduzem o PS e a direita a meia dúzia de quadros empujados na construção dum sindicato paralelo dos quadros...

POLÍTICA AINDA MAIS IMPOPULAR plano de médio prazo

cont. pag.1

Que discute então o Governo?

1º Um plano que prevê agravar o desemprego em mais de 190 mil trabalhadores até 1982, isto é, em mais de 50% segundo os números fantasiosos que o governo tem fornecido ou em mais de 35% segundo as estimativas mais realistas do verdadeiro nível de desemprego. Esses novos 190 mil desempregados seriam obtidos à custa de cerca de 100 mil despedimentos por ano, e da agricultura, onde a aplicação da lei Barreto se traduzirá, ao lado das medidas de recuperação capitalista, numa média de 6 mil desempregados por ano. A dupla Soares/Amaral prepara-se, assim, para chegar ao fim deste governo com cerca de 550 mil desempregados nos seus próprios números ou com cerca de 750 mil de acordo com a realidade que já não conseguem esconder.

2º Um plano que prevê concentrar cada vez mais valor criado pelo trabalho nas mãos do capital nacional e estrangeiro, que passará a apropriar 60% em 1984 quando em 1974 apropriava 49%. Esta política deliberada de redução do nível de vida das massas trabalhadoras e da parte dos salários no valor criado anualmente, que em 1984 pouco ultrapassava os 40% segundo o plano em preparação, tem o seu expoente na agricultura, sector onde o governo PS/CDS mais se empenha na recuperação capitalista, em que se pretende aumentar em mais de 15% a parte das rendas e lucros no valor criado pelos assalariados rurais.

No entanto, todos estes cálculos assentam na já conhecida demagogia de que os salários e preços crescerão ao mesmo ritmo, isto é, entre 18-20%. Para além das palavras, existem os números de 1977 (oficiais) que demonstram

que os preços subiram exactamente o dobro dos salários (30% para 15%); os actos do governo PS/CDS que cada vez



mais apoia o boicote patronal à contratação colectiva, dando enquanto padrão o exemplo como no caso da função pública, enquanto tenta limitar ca-

da vez mais apertadamente os aumentos salariais e reduzir o campo de aplicação do salário mínimo; e, sobretudo, as dificuldades que os trabalhadores vão sentindo no seu dia a dia, com a subida dos preços a devorar uma bolsa já de pequena. Sendo assim, todos aqueles valores estão calculados por baixo e aquilo que o governo PS/CDS pretende é aumentar escandalosamente lucros, rendas e impostos, reduzindo para valores muito abaixo dos 40% a parte dos salários no rendimento nacional.

3º Um plano que prevê o agravamento da política de submissão ao imperialismo traduzida nos seguintes aspectos:

- a) Agravamento explosivo da dívida externa através da realização de empréstimos que permitam cobrir um saldo acumulado de 5 bilhões de dólares, qualquer coisa como 250 milhões de contos, o que fará

aumentar o pagamento de juros aos países imperialistas para três vezes mais por ano, atingindo um valor acumulado no período de 79-84 de cerca de 4 bilhões de dólares ou 200 milhões de contos, o que dava para pagar durante todos esses cinco anos o salário mínimo a meio milhão de desempregados ou para realizar os investimentos que garantissem o emprego a todos os trabalhadores portugueses!

b) Regresso à política marcelista numa balança de pagamentos equilibrada à custa não do aumento do emprego e da produção mas sim à custa da dependência e do parasitismo junto do imperialismo, isto é, à custa das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo.

c) Não pagamento de qualquer amortização da dívida externa que assim passaria de 4,5 bilhões de dólares para 9,5 bilhões (mais do dobro) e implicaria a concretização de novas e mais gravosas cedências aos credores imperialistas no campo económico, político e militar.

d) Manutenção dum política

de agravamento dos impostos e de redução das despesas sociais do estado (habitação, saúde, educação, transportes) muito para além dos cortes efectuados este ano, enquanto se concretiza a lei das indemnizações aos grandes capitalistas e agrários para cuja efectivação a banca nacionalizada acumulou de lucros e provisões em 1977 mais de 15 milhões de contos!

Estes são os aspectos principais dum política económica ainda mais anti-popular e ainda mais contrária à defesa da independência nacional que o governo PS/CDS sob a batuta do FMI, se prepara para pôr em marcha.

Toma-se, assim, cada vez mais necessário que os revolucionários se empenhem activamente na movimentação de protesto e de luta dos trabalhadores portugueses para que a alternativa de resistência activa se possa opor à via da conciliação e da negociação do pacto social que só poderá conduzir ao agravamento das condições de vida do povo trabalhador e à destruição das suas conquistas.